

# Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR) década de 1990 e o contexto de qualificação profissional no Brasil atual

GT18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Laura Oliveira Alberti<sup>1</sup>

## Resumo:

Procura-se desmistificar conceitos que possam ser sustentadores das transformações do âmbito trabalhista, na década de 1990, aos quais fomentaram o atual contexto da qualificação profissional no Brasil. A compreensão dessa realidade será produzida por um contexto de formação do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), desenvolvido no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em seu primeiro mandato (1995-1998). Para tal, é relevante procuramos entender a construção basilar desta política no governo supracitado, e além disso, contextualizá-la, delimitando conceitos, tais como, reestruturação produtiva, globalização e acumulação flexível. Assim, problematizamos as interações entre indivíduos, a sociedade e as possibilidades de uma conexão internacional em função do discurso da qualificação profissional no Brasil.

**Palavra-chave:** qualificação profissional, política pública, reestruturação produtiva, acumulação flexível, discurso.

## 1. Introdução

Neste artigo busco dar continuidade à pesquisa que venho produzindo desde a graduação e tem como resultado parcial a monografia intitulada: “Mapa Analítico do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador”<sup>2</sup> o qual constituía a análise de Siman (2005), Antoniazzi (2005) e Santos (2008) sobre o programa de política pública do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) denominado Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador Planfor; neste estudo, busquei identificar aspectos, características e críticas encontradas sobre esta política pública nos estados: Minas Gerais, Bahia e Pará, respectivamente.

Através dos apontamentos que cada uma das autoras pode alcançar após a realização de suas respectivas pesquisas é possível concluir que, houve um comprometimento na eficiência e na efetividade da implementação do Plano Nacional de Qualificação Profissional/Planfor – em Minas Gerais, Bahia e Pará – em função de alguns impasses, tais como, problemas na implementação; avaliações pouco indicativas sobre as possíveis mudanças; e, falta de instruções por parte dos órgãos responsáveis etc.

O foco nas análises dos estudos levantados acima possui uma dimensão avaliativa do Planfor, o qual difere do objeto deste artigo, que visa analisar sociologicamente as diretrizes do plano e contextualizá-las no âmbito político e histórico. O discurso da qualificação profissional encontrado no Planfor é o objeto deste artigo; indaga-se sob qual perspectiva se dá o discurso que emerge deste plano? Buscando desmistificar a percepção deste discurso; o qual é exigida uma educação para/pelos trabalhadores(as) que garantiria a inserção dos indivíduos na esfera do trabalho, em um contexto de

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais pelo Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina (CLCH/UEL).

<sup>2</sup> ALBERTI, Laura O. MAPA ANALÍTICO DO PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR: estudo bibliográfico comparativo das análises produzidas no Brasil. TCC, defendido em 2011.

aumento do desemprego no Brasil da década de 1990. Em função da produção, nos moldes do capitalismo que visa à qualidade dos bens produzidos, e o princípio da flexibilidade pelo qual atinge diretamente a mão de obra e, além disso, os processos de trabalho, interferindo, indiretamente, no discurso da qualificação profissional adotado naquele contexto.

O presente artigo encontra-se dividido em quatro seções, incluindo essa introdução. Na segunda seção será apresentada, sucintamente, a necessidade das políticas públicas no Brasil e a relevância da qualificação profissional no país. Na terceira, far-se-á uma exposição dos conceitos e autores aos quais me ancoro e, finalmente, as considerações finais.

## **2. A qualificação profissional no Brasil e o Plano Nacional de Qualificação Profissional/Planfor da década de 1990**

No Brasil, a produção das políticas públicas constitui-se como uma prática desde o século XX. Especificamente, políticas públicas de qualificação profissional ocorrem desde a Era Vargas. Compreende-se políticas públicas pela alocação de recursos na provisão do bem coletivo através da atuação e gerenciamento do Estado, promovido por atores políticos na interlocução entre as necessidades dos indivíduos e as possibilidades tácitas dos governos, ressaltando o jogo de interesses dos atores envolvidos.

A efetividade das políticas pública é uma, entre diversas formas, para assegurar os direitos sociais garantidos por lei, conforme o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. O objetivo primeiro dos direitos sociais é criar situações para que os indivíduos possam existir em condições dignas, participando assim da vida política e social. São exemplos de direitos sociais acesso à educação, saúde, habitação, lazer, além disso, à assistência aos desamparados, saneamento básico, trabalho entre outros.

O trabalho aparece como um direito significativo em nossa sociedade, pois percebe-se que os anseios e ações na vida cotidiana dos indivíduos são gerados por esta esfera: pessoas empregadas procuram assegurar suas posições, buscam qualificação para terem ascensão, reconhecimento; pessoas desempregadas sentem-se angustiadas, veem a situação como um drama pessoal, e não um problema social, e por isto buscam, insistentemente, qualificação para adentrarem no mercado de trabalho. A qualificação profissional se insere como uma possibilidade de galgar crescimento profissional, seja ele, no setor privado ou público<sup>3</sup>. Os indivíduos anseiam pela qualificação no intuito de prosperar no âmbito do trabalho e, conseqüentemente, melhorar de vida. É visível o número de institutos de qualificação profissional, faculdades e universidades que cresceram nas duas últimas décadas no país<sup>4</sup>, o que ressalta não só o aumento de um setor do mercado educacional, mas expressa também o anseio por qualificação profissional no Brasil.

A formação profissional em nossa sociedade é constantemente exigida pelo avanço das tecnologias, dos meios de comunicação, do setor de serviços. Trabalham-se cada vez mais os saberes, a capacidade humana para lidar com a informação, com o conhecimento; conectando os indivíduos em uma sociedade global. Assim, percebe-se que há uma intensificação do discurso em torno da

---

<sup>3</sup> Ressaltamos neste ponto o discurso da meritocracia e da cultura organizacional, estudados por Michael Young (1964), Owles & Gintis (1976) e Barbosa (2003).

<sup>4</sup> De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) o número de matrículas da Educação Profissional por dependência administrativa (âmbito federal, municipal, estadual e privado) chegou à 1.362.200 em 2012. Fonte: MEC/Inep/Deed; IBGE/Pnads 2007 a 2011 e Censo Demográfico 2010 (Dados do Universo)

capacidade cognitiva dos indivíduos, da necessidade de se desenvolver cada vez mais esta esfera, denominada por alguns autores como advento da “sociedade do conhecimento”<sup>5</sup>.

Diante deste contexto, parece-nos que há uma intensificação do discurso de qualificação profissional, o que demonstra a necessidade de estudos sobre a qualificação profissional no Brasil. O Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) se insere então em um contexto histórico, o qual o discurso da necessidade de qualificação profissional para os trabalhadores é relevante.

O Planfor é uma política pública mantida por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Este fundo foi lançado em 11 de abril de 1990, sob a Lei n.º. 8019, e se configura como um “fundo contábil de natureza financeira” e tem como objetivo a promoção de políticas públicas no campo do trabalho, suas competências são: custear o programa do seguro-desemprego; pagamento do abono salarial (14º salário para os trabalhadores de baixa renda); e financiar programas de desenvolvimento econômico por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (BRASIL, 2007d).

O Planfor está inserido sob o contexto de modificações da esfera política e econômica nacional. Configurando-se, previamente, no contexto do fim dos anos 1980 início dos anos 1990, devido ao aprofundamento no processo de transformações mercantis da conjuntura internacional e um contexto econômico marcado pela crise da dívida externa e sob a pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Adota-se no Brasil a política recessiva, que consistia em buscar superávits comerciais capazes de garantir o pagamento integral dos encargos da dívida. Sob orientação do “Consenso de Washington” e utilização de grande volume de recursos disponibilizados ao Brasil, e além disso, às economias periféricas; o país produz uma estabilização monetária.

Assim, o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) marca o início do processo da política de liberalização comercial, inserção da economia do Brasil na era da mundialização, e na promoção de novos patamares de valorização do capital, além da abertura das multinacionais. Destarte, a partir do Plano Collor I, adotou-se uma política industrial conhecida como Diretrizes Gerais para Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), pelo qual o principal objetivo era a promoção do processo de modernização na linha da produção nacional, sob a ótica da reestruturação produtiva.

As consequências deste contexto se apresentam na década de 1990, o qual se inicia o processo de reforma administrativa do Estado que corroborou para privatização e, conseqüentemente, a demissão de trabalhadores das empresas estatais. Houve uma ampliação da terceirização de atividades no interior do Estado. Nesse interim a liberalização comercial se apresenta como a imposição do capital mundial e usufruto de agências multilaterais como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC) para contribuir com a valorização das empresas transnacionais.

Sendo assim, as novas formas de produção a serem inseridas no país, vinculadas à abertura do mercado econômico, subordinadas à concorrência internacional, ao se relacionar, diretamente, às tendências das políticas macroeconômicas e à qualidade da produção de políticas públicas no Brasil geram, conseqüentemente, um mercado cada vez mais acirrado e conflituoso. Corroborando a necessidade de uma complexa reestruturação na produção nacional a fim do embate com à concorrência nos mercados internacionais. Ademais, internamente o país prepara-se para a concorrência nos mercados locais e regionais, configurando-se em novos espaços de valorização do capital e da globalização.

Desta forma, no período entre 1995 a 1998, o governo de FHC tinha como objetivo a criação de empregos. Consecutivamente, a necessidade da promoção da qualificação profissional fez surgir o Planfor – para que os brasileiros crescessem simultaneamente e auxiliassem no crescimento do país – com os slogans “Brasil em ação” e, no segundo mandato (1999-2002), “Avança Brasil”.

---

<sup>5</sup>Discussão a respeito da sociedade do conhecimento, explorada por André Gorz (1988); Karl Popper (1975); Dominique Medá (1999); Jean Lojkine (1995); Claus Offe (1984; 1989; 1990); Alvin Toffler (1990); Pierre Lévy (1995); Jürgen Habermas (1982; 1990; 1997; 2000) entre outros autores.

O Planfor configurou o principal eixo das políticas de emprego voltadas para o mercado de trabalho. Este plano é parte integrante da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR) no governo FHC possuindo um discurso de investimento, principalmente, em ações destinadas a gerar trabalho e renda e melhorar as condições de acesso ou permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho – além da proteção ao cidadão desempregado – alinhado com o discurso de enquadramento das qualificações dos trabalhadores para este “novo” mercado que surge. Mercado o qual, à adaptação dos conhecimentos cognoscitivos dos trabalhadores é exigida, e pode ser identificada através do discurso da “nova ordem” de produção; compreendida e disseminada como reestruturação produtiva vinculada à acumulação flexível, via mundo globalizado.

A Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR) parte integrante das diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que ambicionavam – no período vigente do Planfor – articular ações de qualificação profissional com o projeto político macroeconômico, de forte marca neoliberal; estruturado por transformações políticas, econômicas e industriais marcadas pelo advento do modelo de acumulação flexível vinculada à reestruturação produtiva, disseminado via discurso globalizado; respaldando-se no consenso social produzido, quanto à necessidade da qualificação profissional como condição para o desenvolvimento nacional (Leite, 1995).

Para atingir tal objetivo, a política governamental através de articulações políticas envolvendo as classes estruturantes da economia nacional – empresariado, investidores internacionais, centrais sindicais, sindicatos dos trabalhadores entre outros – atuantes na sociedade civil, difundiram o discurso deste “novo” conceito de organização da produção industrial. Diferentes sujeitos políticos coletivos – confederações, sindicatos, associações, ONGs, etc., os quais se beneficiaram com os recursos disponibilizados pelo FAT – tornaram-se os gestores e agentes das ações de qualificação profissional, por intermédio do Planfor, juntamente com órgãos públicos e privados ligados ao campo educacional.

Problematizamos as interações entre indivíduos, a sociedade e as possibilidades de uma conexão internacional através da troca de informação rápida, por uma mídia globalizada, possibilitando que os fluxos de informação ocorram com rapidez, não só as informações como também as transações financeiras. Seleccionamos para análise o contexto de qualificação profissional, pois entendemos que este envolve além dos anseios dos indivíduos na busca por melhores postos de trabalho, a análise da esfera econômica e a materialização – entre as necessidades tácitas dos indivíduos e a alocação de recursos dos Estados – através do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) e o conceito de empregabilidade. A análise deste plano envolve: a relação entre os três poderes do Estado; os anseios e as necessidades dos trabalhadores na busca por trabalho; os interesses de empresas, na produção mais ágil e de qualidade, portanto, mais lucrativa; o diálogo entre a esfera econômica e social.

Reemergindo o discurso da qualificação profissional encontrado no Planfor, como objeto de análise, o qual insere uma nova percepção da educação exigida para/pelos trabalhadores, da inserção dos indivíduos na esfera do trabalho em uma conjuntura diferente daquela anterior à década de 1970. Em razão da produção nos moldes capitalistas, o qual visa à qualidade dos bens produzidos e o princípio da flexibilidade que atinge diretamente a mão de obra e os processos de trabalho interferindo, indiretamente, no discurso da qualificação profissional adotado nesse contexto.

Neste sentido, o discurso da qualificação profissional disseminado pelo Planfor – empregabilidade, amparo ao desempregado, etc. – é ancorado na perspectiva capitalista neoliberal da década de 1970, ou seja, reestruturação produtiva vinculada à acumulação flexível em um contexto globalizado.

### 3. Debate teórico acerca da conjuntura econômica na década de 1970 e o discurso da qualificação profissional

A reestruturação produtiva é modelo de produção em grande escala, que visa à agilidade; com a produção da indústria passou a ter uma máquina enxuta, com linha de montagem rápida e trabalhadores polivalentes; diferente do modelo taylorista que se configurava por trabalhadores com destrezas desenvolvidos em funções pré-estabelecidas. O modelo de reestruturação produtiva surge no início dos anos 1970, em conjunto de outras práticas, como exemplo a acumulação flexível, crescimento do mercado financeiro especulativo e de ações. O discurso da reestruturação produtiva surge nos Estados Unidos, sendo disseminado como prática a partir da década 1970, propagada no mundo econômico e social.

Vinculado à reestruturação produtiva temos o modelo de acumulação flexível, diferente do modelo anterior – taylorista, e posteriormente, fordista – a acumulação flexível ocorre com a produção de bens e serviços produzidos com destino certo, ou seja, com a ordem de serviço e pagamento pré-acordados, chamaremos este processo de *produção dirigida*<sup>6</sup>. No modelo taylorista o processo de produção estabelecia o armazenamento dos produtos como uma prática. A rigidez e à fabricação em grande escala que fundamentam o fordismo se contrapõem a nova diretriz do processo produtivo, vigente desde a década de 1980 nas principais potências capitalistas, o qual a produção ocorre após a ordem de serviços emitida, o que gera a necessidade de uma produção em grande escala, porém com agilidade e alta qualidade – neste ponto vale ressaltar os níveis de padronização e normatização representadas pelo (*International Organization for Standardization*) ISO's<sup>7</sup> e o crescimento de controle de qualidade das empresas – com a utilização de maquinário cada vez mais desenvolvido que possuem multifuncionalidades e substituem inúmeros trabalhadores, exigindo do indivíduo a pluralidade no trabalho e o acúmulo de funções.

Para Remi Castioni (2000) a reestruturação produtiva é definida por mudanças de base técnica da produção. O conceito é ampliado através da compreensão do novo processo de organização na economia a qual abrange três fenômenos: a globalização, a qualidade da política pública (intervenção do Estado na realidade político-econômica) e a esfera da tecnologia. Para o autor, tais fenômenos não devem ser entendidos isoladamente, sendo assim, as novas formas de produção estão vinculadas à abertura do mercado econômico, subordinadas à concorrência internacional; ao se relacionar, diretamente, às tendências das políticas macroeconômicas, e à qualidade da produção de políticas públicas em cada nação; o que gera, uma dificuldade às empresas, na busca por destaque em um mercado acirrado e conflituoso.

Octavio Ianni (1999), em seus estudos, contextualiza a globalização como um fenômeno mais abrangente que a própria reestruturação produtiva, uma vez que diz respeito à forma de organização do sistema capitalista em escala mundial. Diante disso, os componentes da reestruturação produtiva subsidiam às justificativas da necessidade de adequação da qualificação profissional dos trabalhadores, exigindo, conseqüentemente, trabalhadores qualificados, ao visar suprir o ditame das empresas e do mercado.

A reestruturação produtiva se constitui em uma dimensão técnica imperativa, a qual exemplifica às mudanças exigidas por empresas e pelo mercado. Em relação à educação, tal discurso é reproduzido pelos formuladores das políticas públicas de qualificação profissional. Já a globalização introduz o

---

<sup>6</sup> Termo oriundo de MEIRA, Thomás; RODRIGUES, Vera. Relações de produção e qualificação profissional - problematização acerca da sociedade do conhecimento. Comunicações, Piracicaba, SP, Ano 17, n. 2, p. 33-49, jul.- dez., 2010.

<sup>7</sup> ISO significa Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) localizada em Genebra, Suíça. A sigla ISO é uma referência à palavra grega ISO, que significa igualdade. Organização internacional que aglomera os grêmios de padronização/normalização em mais de 130 países.

caráter dogmático deste processo, a medida que, os aspectos físicos da produção ofereceriam os elementos concretos das atuais práticas e discursos, em favor do empresariado internacional.

Considerando, especificamente, as transformações do modo de produção capitalista com a adesão do modelo de produção taylorista e, posteriormente, modelo de produção fordista ocorridas do início do século XIX até meados do século XX, nas regiões as quais o capitalismo encontrava-se avançado, propiciando o surgimento de um novo modelo, descrito por David Harvey (1992) em *Condição Pós-moderna*, como acumulação flexível.

As considerações expostas por Harvey indicam que apenas o modelo de empresa enxuta – identificadas pelo uso de máquinas modernas em pouco espaço e planta da fábrica enxuta e uma linha de montagem compacta, com o menor número de trabalhadores possível – por si só, não sustenta o sucesso do padrão fordista, já que proporciona a fabricação de mercadorias em grande escala, mas não garante o seu fim, ou seja, o consumo do bem produzido para os indivíduos. Assim, conforme afirma o autor, “produção de massa significava consumo de massa” (HARVEY, 1992:121), o que propiciou transformações no âmbito social em função deste novo ciclo de produção do capital mais rápido e de consumo voraz.

Além disso, transformações nas relações de tempo-espaço vinculado às novas formas de produção mercantil, proporcionaram uma conjuntura de mudanças globais – ancoradas na compreensão dos conceitos de acumulação flexível e reestruturação produtiva. Harvey assinala que o advento da ideologia consumista, entre as décadas de 1940 e 1970, repercute na “racionalidade corporativa burocrática” (Idem). Destarte, para que ocorresse o consumo da produção em escala ampliada, seria necessário o incremento da chamada administração científica – identificada por profissionais qualificados em todas as facetas das atividades corporativas – abrangendo “relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada (e programada) de equipamentos e produtos” (HARVEY, 1992:129).

Este novo contexto de transformações globais é descrito por Octavio Ianni como globalismo, entendido por um processo expansionista e civilizatório, o qual o Estado-Nação é subordinada à *sociedade global*. A internacionalização do capital é promovida na intensa e generalizada internacionalização do processo produtivo “Os "milagres econômicos" que se sucedem ao longo da Guerra Fria e depois dela são também momentos mais ou menos notáveis dessa internacionalização” (IANNI, 1995:63). Denotam-se corporações não concentradas apenas nos países dominantes, metropolitanos ou considerados centrais.

As unidades e organizações produtivas, envolvendo inovações tecnológicas, zonas de influência, adequações culturais e outras exigências da produção, distribuição, troca e consumo das mercadorias que atendem necessidades reais ou imaginárias, passam a desenvolver-se nos mais diversos países, distribuindo-se por continentes, ilhas e arquipélagos. Assim como se multiplicam e dispersam as zonas francas, multiplicam-se e dispersam-se as unidades e organizações produtivas. Está em curso uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo a complementação ou superação dos procedimentos do fordismo, das linhas de montagens de produtos homogêneos [...] a organização do processo de trabalho e produção em termos de flexibilização, terceirização ou subcontratação, tudo isso amplamente agilizado pela automação, pela robotização; pela microeletrônica e pela informática. (IANNI, 1995:64).

O lócus decisório não é mais delimitado por limites territoriais: estão distribuídos através de organizações comerciais e industriais, em âmbito mundial – multinacionais, transnacionais,

Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial entre outros. Os valores de um consumo constante são disseminados na *sociedade global*. De acordo com Octavio Ianni o movimento do globalismo, de (re)produção do capital, não se resume no aprofundamento das relações comerciais internacionais, transpõem-se a uma diluição, embora não destruição, do que conceituamos por Estado.

Harry Braverman, no livro *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, mostra que o novo contexto das transformações globais, pode ser observado através do termo: mercado universal. Para o autor “o capitalismo [monopolista] transformou toda a sociedade em um gigantesco mercado” (BRAVERMAN, 1987:235).

Desta maneira, a partir de três etapas possibilitou a criação do mercado universal. Etapa um: conquista da produção de bens sob a forma de mercadoria; etapa dois: de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e etapa três: entendido por “ciclo do produto” no processo de invenção de novas mercadorias (e reinvenção de velhas), tornando-as indispensáveis, à medida que as condições da vida moderna se expandem com a criação de novas necessidades. Promovendo, assim, uma transformação do costume social “uma vez que a fonte de *status* já não mais a capacidade de fazer coisas [manufatura, auto-abastecimento] mas simplesmente de comprá-las” (BRAVERMAN, 1987:240). Assim, a progressão dessas transformações gera uma mudança na sociedade: não apenas os materiais e serviços devem ser produzidos, mas também os “padrões emocionais de vida são canalizados através do mercado” (Idem) promovendo uma atomização na vida social e nas relações entre os indivíduos “deste modo, o habitante da sociedade capitalista é enlaçado na teia traçada de bens-mercadoria e serviços-mercadoria da qual há pouca possibilidade de escapar mediante parcial ou total abstenção da vida social tal como existe” (BRAVERMAN, 1987:241).

Braverman ressalta ainda a situação de dependência dos indivíduos quanto à incapacidade de se produzir aquilo que se consome, assim, conforme ele denomina há uma *atrofia da competência*, diferente do século XIX o qual a maioria das famílias produzia aquilo que se consumia. Atualmente há uma dependência alocada no mercado “E enquanto, do ponto de vista do consumo isso signifique total dependência quanto ao mercado, do ponto de vista do trabalho significa que todo o trabalho é efetuado sob a égide do capital e é suscetível de seu atributo de lucro para expandir o capital ainda mais” (BRAVERMAN, 1987:250).

Referente às competências atribuídas a cada trabalhador, Braverman dedica uma *Nota Final sobre a Qualificação*, o qual o processo de trabalho incorpora, cada vez mais, conhecimento científico, técnico e “qualificado”; no entanto, o discurso de qualificação, se confunde com a noção de destreza e quanto mais à ciência é incorporada no processo de produção, tanto menos o trabalhador compreende o processo como um todo, ocultado pela noção de qualificação “quanto mais o trabalhador precisa saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece” (BRAVERMAN, 1987:320).

Eric J. Hobsbawm, em uma passagem de *A Era dos Extremos*, disserta sobre a ascensão das ocupações que exigiam a educação secundária e superior – sendo esta importante na contratação de serviços e ou trabalhadores – revelando-a como um marco na construção do perfil da classe trabalhadora no século XX; nos países que apresentavam o processo de industrialização já adiantado. Este período, o qual vivificou o modelo fordista de organização da produção, foi crucial para a multiplicação da demanda por vagas nas universidades nos países capitalistas. De acordo com o autor, isso ocorreu, sobretudo, pelas pressões dos consumidores, já que a economia moderna “exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que no passado” (HOBSBAWM, 1995:291).

Simone Wolff (2009) explana que além das demandas de mercado e do quantitativo e qualitativo dos produtos – variáveis desde a década de 1980 – os maquinários passaram por um vertiginoso avanço tecnológico e incorporação intensiva da microeletrônica. Para a autora houve uma reconfiguração da divisão técnica do trabalho, no processo de produção, a informatização produziu

novas exigências entre os níveis de organização da produção, integrando no processo a ferramenta de tecnologia da informação e da comunicação (TICs). Em síntese, as máquinas precisariam ser satisfatoriamente avançadas e flexíveis para moldarem-se ao estilo veloz da produção em padrões diferenciados do capitalismo moderno.

Wolff aponta, ainda, que a introdução da maquinaria na produção indica a “inversão entre o sujeito da produção e os instrumentos de trabalho, representados por máquinas” (WOLFF, 2009:91). Originado no quadro da Primeira Revolução Industrial, tal inversão diz respeito à conversão do trabalho vivo em simples intermediário das máquinas que, assim, passariam a interferir como autênticas depositárias da complexidade das atividades produtivas e, conseqüentemente, a ditar o *modus operandi* dos processos de trabalho. Ao transpor o trabalho vivo em um fator (coisa) de produção, utilizado tão somente para ampliar as competências da maquinaria, esta estabelece um novo tipo de ampliação do trabalho real ao capital que advém de uma percepção de qualificação embasada na reificação (coisificação) do trabalho vivo (WOLFF, 2009:91).

#### 4. Considerações finais

O discurso da qualificação profissional se institui na ordem do privado, no entanto quero chamar à atenção que a educação é um direito do cidadão, e está na ordem do público, devendo este ser garantido pelo Estado. A partir do momento que o Estado garante a qualificação via política pública, porém não inter-relaciona os indivíduos qualificados na geração de novos postos de trabalho junto ao empresariado, não há a emancipação deste sujeito.

O discurso da qualificação profissional germina uma argumentação: para se ter emprego é necessário aos indivíduos uma permanente qualificação, caso você não consiga emprego, não o fez, pois, não se qualificou de maneira correta ou no tempo certo, ou com as ferramentas atuais. Diante do exposto pensamento encontrado no senso comum, desejamos desmistificar esse discurso que foi vilipendiado no Plano Nacional de Qualificação Profissional, marca do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ao invés de promover a qualificação profissional de fato, este governo propiciou apenas o discurso da empregabilidade posicionando-se em consonância com direcionamento da política macroeconômica neoliberal, atrelada aos movimentos de acumulação financeira internacional, proporcionando a reestruturação do mercado de trabalho no Brasil.

Outro ponto relevante que desejo chamar atenção é para o uso do conceito de qualificação, a menção que fazemos à qualificação profissional dentro do Planfor é muito diferente do uso do termo qualificação usado por Pierre Naville – referente à qualificação dos trabalhadores na França produzido pela Sociologia Francesa do pós-guerra – sendo este termo mais vinculado à noção de competência, apropriado pelos psicólogos behaviorista e teóricos disseminadores da Teoria do Capital Humano (TCH) que reelaboraram a noção de competência, para sustentar esse movimento de qualificação profissional operando modelos de avaliação pelo qual teriam sido produzidos no atual processo de reestruturação produtiva (CASTIONI, 2002). Neste sentido, a reestruturação produtiva ampara ainda mais o discurso de qualificação profissional (semelhante à noção de competência) produzido no Brasil.

É possível, também, perceber uma deturpação do discurso, no que concerne ao entendimento que os trabalhadores têm sobre qualificação. Estes entendem que, se qualificando, poderão utilizar seus conhecimentos como *valor de uso*; no entanto, é importante desmistificar essa qualificação que se mantém como *valor de troca* no sistema de produção capitalista. Para Tartuce (2004) a qualificação se insere na dinâmica entre: o sistema educativo o qual se estabelece o *valor de uso* das qualificações; e o sistema produtivo, no qual tais qualificações serão reconhecidas socialmente, por meio de salários e de prestígio, se tornando então *valor de troca*.

Enfim, as políticas públicas são para todos os brasileiros. O discurso de qualificação profissional via política pública é destinados a todos(as) os(as) brasileiros, no entanto a qualificação



profissional é individual. Então, além da existência da deturpação do discurso de qualificação profissional para noção de competências individuais. Há também uma transferência de responsabilidade – promoção dos direitos civis como educação e emprego – no âmbito público, aos indivíduos – compreendidos no âmbito privado – aos quais é imputada a conquista pelo emprego, no feroz mercado de trabalho, destituindo toda a parcela de responsabilidade social do governo; na promoção da estrutura de sustentação da economia mercantil via qualificação profissional de fato.

Por fim, o Planfor na sua condição de instrumento de regulação da nação se instaurou no marco da reforma gerencial do Estado no Brasil, prestando-se ao papel de política acessória de serviços sociais, com caráter público não estatal, pautada na perspectiva gerencial – como forma de administração – e executada de maneira descentralizada pelo Estado, organizações sociais e empresas privadas – maneira a qual foi implementado este plano. Produzindo uma nova relação entre: Estado, empresariado e sociedade civil; regulada na descentralização das ações, o que possibilitou a distribuição de um fundo público específico, o FAT, configurando um tipo de “terceirização” das políticas públicas. No vocabulário da Reforma Gerencia, este plano representa uma perfeita experiência da composição do espaço semi-público<sup>8</sup> (CÊA, 2003), atualmente, conhecido como Parceria Público Privado/PPP.

Sob o aporte das análises realizadas, desejamos salientar a importância da vivência dos sujeitos em seus aspectos mais individuais, na/da construção social que não se separa da História, o qual não envolve apenas o âmbito privado, mas também cria e recria as relações e as possibilidades de interação, na esfera pública. Em uma sociedade em que os efeitos das ações atingem/interferem cada vez mais rapidamente nas relações entre os indivíduos, e destes com as instituições locais, nacionais e globais.

Portanto, o conceito de qualificação profissional no país exigida pelo mercado de trabalho constrói a ideia errônea que os indivíduos, em função de suas capacidades particulares, poderiam ter mais chances no mercado de trabalho. Introduzindo a noção de competência – ou seja, de uma busca individualizada pelo emprego – os trabalhadores perdem (dividem) ainda mais seu potencial como uma classe organizada, em luta, por igualdade de negociação junto ao empresariado nacional ou internacional. Esse discurso de competência corrobora também para a individualização na mesa de negociação com os patrões, aproveitando-se do seguinte argumento: "competências individuais, devem possuir negociação de salários individuais"; o que possibilita o esfacelamento da esfera do trabalho pelo capitalismo, dificultando os acordos coletivos que fortalecem a classe trabalhadora.

## Referência Bibliográfica

ALBERTI, Laura O. *Mapa Analítico do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador: estudo bibliográfico comparativo das análises produzidas no Brasil*. TCC, defendido em 2011.

ALMEIDA, Marilis Lemos de. *Da formulação à implementação: análise das políticas governamentais de educação profissional no Brasil*. 2003. 243f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

---

<sup>8</sup> Para melhores esclarecimentos sobre este tópico ver CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. *A qualificação profissional entre fios invisíveis: uma análise crítica do PLANFOR*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2003

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. *O PLANO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR: POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGO?* 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. 572p.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 200p.

\_\_\_\_\_. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005. 135p.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*—ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. Guia do PLANFOR 2001. *Educação profissional: o debate da(s) competência(s)*. Brasília: Ministério do Trabalho. 1997d

BRAVERMAN, Harry; CAIXEIRO, Nathanael C. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987. 379p.

CASTIONI, Remi. *Da qualificação a competência: dos fundamentos aos usos - o PLANFOR como dissimulador de novos "conceitos" em educação*. 2002. 264p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000278417>>. Acesso em: 22 mai 2013.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. *A qualificação profissional entre fios invisíveis: uma análise crítica do PLANFOR*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2003.

CORIAT, B. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: PIMENTEL et al. (Org.). *Sociologia do Trabalho: organização do trabalho industrial - antologia*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1985.

FORD, H. *Os Princípios da Prosperidade*. Rio de Janeiro: Brand, s.d.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Edições Loyola, São Paulo, 1971.

FRANCO, M. A. C. (1992). "Mediações históricas da relação trabalho e educação no Brasil". *Anais da 15a Reunião Anual da ANPED*. Caxambu-MG, 13 a 17 de setembro.

HARVEY, David, *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich; MORÃO, Artur. *Enciclopedia das ciencias filosoficas em epitome*. Lisboa: Edições 70, 1988-89. 3v.

HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octvio. (1995). *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KREIN, José Dari. *O Aprofundamento das relações de trabalho no Brasil dos anos 90*. 2001. 190p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www..unicamp.br>>. Acesso em: 07 jun 2013.

LEITE, Elenice M. Educação, trabalho e desenvolvimento: o resgate da qualificação. Em aberto: Educação, trabalho e desenvolvimento. Brasília : INEP/MEC, 1995. Ano 15, n. 65, p. 5-17.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital*. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: (I-Feuerbach)*. 10. ed. São Paulo, SP:HUCITEC, 1996. 138p. (Pensamento socialista; v. 12).

MEIRA, Thomás; RODRIGUES, Vera. *Relações de produção e qualificação profissional-problematização acerca da sociedade do conhecimento*. Comunicações, Piracicaba, SP, Ano 17, n. 2 , p. 33-49, jul.- dez., 2010

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas*, MTE, Assessoria Especial do Ministro, mimeo, Brasília, 1998.

MUSTO, Marcello (ed.). *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. Prefácio de E. J Hobsbawm. London; New York, N.Y.: Routledge, 2008. 291 p. (Routledge frontiers of political economy).

NAVILLE, P. *Essai sur la qualification du travail*. Paris: Rivière, 1956.

NAVILLE, P. *Vers l'automatisme social?: problèmes du travail e de l'automation*. Paris: Gallimard, 1963.

OFFE, C. (1990). "Sistema Educacional, Sistema Ocupacional e Política da Educação contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional". In: *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, 11 (35), abril, p. 9-59.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989. 322p.

PEIXOTO, Patrícia Ebani. *DO PLANFOR AO PNQ: Uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SANTOS, S. F. R. *O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador: formulação, implementação e as práticas pedagógicas dos professores do CEFET/PA*. 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SIMAN, Ângela. *POLÍTICAS PÚBLICAS: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático*. 2005. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SOUZA, Jose dos Santos. *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 223p. (Educação contemporânea).

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. *Balanço da Produção de Conhecimentos Sobre Educação não Escolar de Adultos: Planfor e educação do trabalhador de 1999-2006*. Programa de Pós-graduação Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1970.

VENCO, Selma Borghi. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

VENTURA, J. P. *O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. 2001.

WISNER, Alain. *Por dentro do trabalho: ergonomia: método e técnica*. 1987, oboré, FTD: São Paulo.

WOLFF, S. *O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais*. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 89-112.